



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639846 - MG (2021/0011109-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : KELLI FREITAS ALEIXO DE OLIVEIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : KELLI FREITAS ALEIXO DE OLIVEIRA - MG143476  
JESUS BATISTA SOUSA SANGI - MG188840  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : KILDER CRISTIAN DE SOUZA  
**CORRÉU** : FELIPE LUCAS DE OLIVEIRA CAMPOS  
**CORRÉU** : CAMILO JUNIO AZEVEDO AMORIM  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por KILDER CRISTIAN DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação Criminal n. 10394.17.008864-2.002 ).

O paciente foi absolvido pelo Tribunal do Júri, da acusação de ter cometido os crimes tipificados nos art. 121, § 2º, inc. I e IV na forma do art. 29, art. 121, § 2º, inc. IV e V, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal, e art. 244-B da Lei nº. 8.069/90, na forma do art. 69, do Código Penal.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apelou e o Tribunal de Justiça, deu parcial provimento, no sentido de submeter novamente o ora paciente à novo julgamento pelo Tribunal de Júri.

Alegam os impetrantes, que "O paciente jamais esteve no local dos crimes, não participou do ato delitivo, sendo reconhecido apenas e tão somente por fotografia em sede policial. A vítima em momento algum esteve na presença do paciente, nem mesmo durante o julgamento perante o Tribunal do Júri, ou seja, a vítima, não reconheceu pessoalmente o réu. " (fl. 05)

Aduzem que "Segundo a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais o douto Desembargador Marcilio Eustáquio Santos, assim como os demais julgadores, não apenas decidiram pelo novo julgamento como também informaram que há fundadas razões para que o paciente seja o coautor do delito, ou seja, o paciente foi posto dentro do local de ocorrência do ilícito pelo órgão julgador com tal assertividade

que nem mesmo a vítima sobrevivente foi capaz. " (fl. 07)

Requerem, liminarmente e no mérito, a suspensão dos efeitos do acórdão, mantendo-se a absolvição do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.  
TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO  
E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO  
PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA.  
TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM.  
SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA.  
NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.  
GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA  
DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA  
INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência